

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, novembro de 2019, número 143. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

O ACAMPAMENTO HELENIRA RESENDE E A (RE)EXISTÊNCIA CAMPONESA DIANTE DE MÚLTIPLAS EXPROPRIAÇÕES

ARTIGO DO MÊS

COMUNA E ESTADO COMUNAL: A ESTRATÉGIA TERRITORIAL DE CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NA VENEZUELA

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

EVENTOS

XX Encontro Nacional de Geografia – ENG 2020

FFLCH-USP/São Paulo – São Paulo, 13 a 17 de julho de 2020.

X Encuentro Latinoamericano de Estudiantes de Geografía – ELEG 2020

Heredia e San José – Costa Rica, 03 a 07 de agosto de 2020.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Relatório DATALUTA Brasil 2017.

Org.: Rede DATALUTA.

Elaborado anualmente, resulta da sistematização de dados coletados junto aos movimentos socioterritoriais e organizações como a CPT.

Também inclui informações obtidas no cadastro do Incra, ITESP, Anoter, além de dados reunidos pelos grupos de pesquisa que integram a Rede Dataluta.

<https://www.fct.unesp.br/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>.



De Olho nos Ruralistas

Realização: De Olho nos Ruralistas.

De Olho nos Ruralistas é um observatório jornalístico sobre o agronegócio no Brasil. Em foco, os impactos sociais e ambientais e o poder político e econômico dos ruralistas. A produção do portal e dos boletins diários (sobre Ambiente, Agronegócio, Comida e Conflitos) é mantida pelos assinantes. Para ver: <https://deolhonosruralistas.com.br/>



PodCast Unesp – Pod

Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

O ACAMPAMENTO HELENIRA RESENDE E A (RE)EXISTÊNCIA CAMPONESA DIANTE DE MÚLTIPLAS EXPROPRIAÇÕES

Amintas Lopes Silva Jr.

Professor do curso de Educação do Campo da Unifesspa/Marabá
amintas@unifesspa.edu.br

Ailce Margarida Negreiros Alves

Professora do curso de Educação do Campo da Unifesspa/Marabá
ailcemargarida@unifesspa.edu.br

Bruno César Pereira Malheiro

Professor do curso de Educação do Campo da Unifesspa/Marabá
malheiro@unifesspa.edu.br

Edma do Socorro Silva Moreira

Professora do curso de Ciências Sociais da Unifesspa e da Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia (PDTSA)/Marabá
edma@unifesspa.edu.br

Rodrigo de Almeida Muniz

Professor do curso de Educação do Campo da Unifesspa/Marabá
muniz.ra@unifesspa.edu.br

Rogério Rego Miranda

Professor do curso de Geografia da Unifesspa/Marabá
rogeriomir@unifesspa.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi construído com o propósito de apresentar uma análise, ainda em caráter preliminar, sobre aspectos relevantes a serem considerados, diante da iminência de uma ação de reintegração de posse do Complexo Cedro, onde se localiza o Acampamento Helenira Resende, na divisa entre os municípios de Marabá e Eldorado dos Carajás, no Pará.

A análise demonstra não ser possível abordar a referida reintegração de posse, sem considerar, primeiro, a complexidade espacial, social, produtiva e econômica do acampamento e os possíveis efeitos negativos para a região do sudeste paraense caso realmente ocorra o despejo das 360 famílias ocupantes.

Partimos do pressuposto que o possível despejo do acampamento em questão descumpra o que estabelece a Resolução 10/2018-CNDH em seu Artigo 14: “Remoções e despejos devem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, quando o deslocamento é a única medida capaz de garantir os direitos humanos. §1º Os deslocamentos não deverão resultar em pessoas ou populações sem teto, sem terra e sem território. §2º Não deverão ser realizadas remoções que afetem as atividades escolares de crianças e adolescentes, o acesso à educação e a assistência à pessoa atingida, que faz acompanhamento médico, para evitar a suspensão do tratamento. §3º Não deverão ser realizadas remoções antes da retirada das colheitas, devendo-se assegurar tempo razoável para o levantamento das benfeitorias”. Entretanto, procuraremos demonstrar que há muito mais a se considerar no tocante ao caso em tela do que a observância à legislação vigente.

A construção do texto se apoiou na coleta de dados através da aplicação de dois questionários elaborados por docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), considerando aspectos importantes, como a produção agrícola, a pecuária, a comercialização de produtos e as condições da infraestrutura social e técnica existente no acampamento. Concomitantemente, foi realizado um levantamento de dados secundários, a partir de matérias sobre a ocupação publicadas na mídia e de documentos disponíveis em órgãos públicos.

A organização dos argumentos apresentados dar-se-á em cinco momentos: no primeiro, se apresenta a importância da agricultura familiar para a região do sudeste do Pará; no segundo, traça-se um breve histórico do acampamento Helenira Resende; no terceiro, a diversidade produtiva do acampamento assume o centro do debate; no quarto momento, detém-se sobre os laços comunitários e os espaços de sociabilidade do acampamento; e por fim, são tecidas algumas considerações finais.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDESTE DO PARÁ

O sudeste do Pará apresenta uma configuração econômica e social marcada pela simultaneidade e coexistência de múltiplas formas de usar o tempo e o espaço. Por um lado, condensa uma dinâmica de acumulação pela via da mineração e do agronegócio, estruturada por um conjunto de ações do Estado em articulação com agentes privados, que resultaram em uma dinâmica econômica monopolizada por grandes empresas e pela estagnação do setor produtivo entre segmentos intermediários de proprietários. Por outro lado, essa configuração é também desenhada por atores que produzem um circuito econômico, notadamente por meio da agricultura familiar, que se estrutura localmente e é o principal responsável por boa parte do abastecimento regional.

O encontro entre uma lógica de monopolização econômica que se reproduz pela concentração fundiária e outra lógica de estruturação de relações horizontais no campo, que faz emergir distintos processos de mobilização e luta pela terra, dá-se, nessa região, pela tensão e pelos conflitos. Não obstante, um dos maiores massacres de camponeses no Brasil ocorreu no município de Eldorado dos Carajás, em que 21 trabalhadores foram assassinados em 17 de abril de 1996, na Curva do S.

O conjunto de mobilizações sociais de luta pela terra definitivamente alterou o mapa de relações econômico-sociais do sudeste do Pará, uma vez que estas mobilizações, conformadoras da agricultura familiar assumem, hoje, centralidade na estruturação das relações que garantem a existência e sobrevivência de boa parte da população regional. A agricultura familiar hoje se materializa em 514 Projetos de Assentamentos (PAs), que possuem a capacidade de abrigar 93.696 famílias, ocupando uma área de 4.282.244,54 hectares, aproximadamente 42.822 km². (INCRA, 2019). Não obstante, o sudeste paraense ainda conta com 169 acampamentos que abrigam aproximadamente 14.000 famílias (MIRANDA, 2019).

Em decorrência, são mais de 105 mil famílias diretamente ligadas às dinâmicas econômicas da agricultura familiar, o que representa aproximadamente 500 mil pessoas dependendo, apenas no sudeste paraense, dos processos produtivos enredados em torno dos assentamentos de reforma agrária e acampamentos de luta pela terra.

A representatividade dos assentamentos de reforma agrária no território regional é bastante expressiva. Dentre os municípios que compõem a sub-região do sudeste do Pará, a maioria deles

apresenta um percentual territorial significativo de assentamentos de reforma agrária, como apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Percentual de áreas de assentamento em nove municípios do sudeste paraense.

Município (Estado)	Área (km ²)	Área dos Assentamentos (km ²)	Percentual aproximado
Marabá (PA)	1.512.700,00	387.943,81	26%
Itupiranga (PA)	789.900,00	371.174,10	47%
Eldorado dos Carajás (PA)	296.700,00	190.859,36	64%
Parauapebas (PA)	701.900,00	122.574,05	17%
São Domingos do Araguaia (PA)	139.600,00	44.711,03	32%
Nova Ipixuna (PA)	160.500,00	45.158,11	28%
São João do Araguaia (PA)	129.100,00	41.078,76	32%
Novo Repartimento (PA)	1.543.300,00	568.480,61	37%
Pacajá (PA)	1.185.200,00	339.963,72	29%
Total	6.458.900,00	2.111.943,55	33%

Fonte: MICHELOTTI et al, 2011.

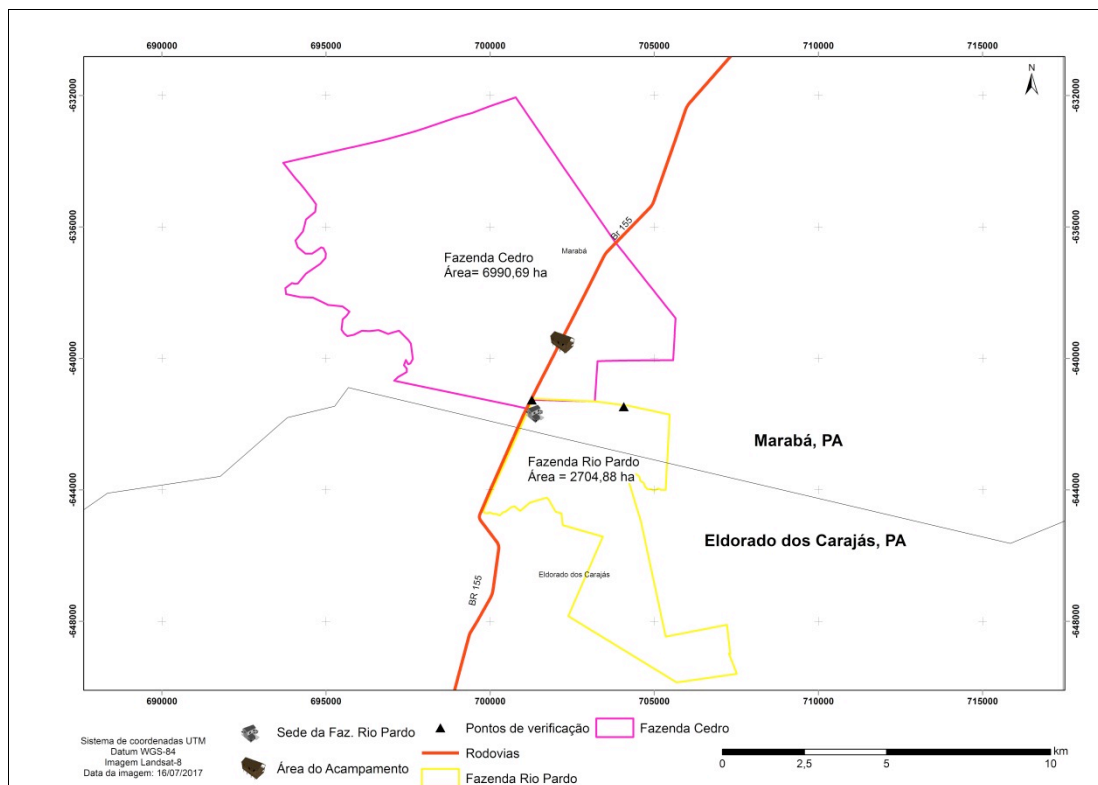
A área ocupada por assentamentos de reforma agrária e o emprego da população economicamente ativa decorrente revelam que o sudeste do Pará tem na agricultura familiar não apenas um amortecimento do mercado de trabalho, mas uma potencialidade de desenvolvimento econômico e social, local e regional. Não há, portanto, como tratar de um processo de reintegração de posse que desalojará 180 famílias de um território onde vivem 360 famílias¹ sem contextualizar a importância da agricultura familiar regionalmente e entender que esse despejo concorre para tirar as condições de existência de pessoas que têm na referida atividade sua principal fonte de vida.

BREVE HISTÓRICO DO ACAMPAMENTO HELENIRA RESENDE

A área requerida para fins de reforma agrária pelos acampados do Helenira Resende, compreende o Complexo Cedro, composto pelas fazendas Cedro, Rio Pardo e Fortaleza, localizado nos municípios de Marabá e Eldorado dos Carajás, às margens da BR-155 (ver mapa a seguir).

¹ Após o despejo que vivenciaram em 2017, as famílias ocuparam área que, até aquele momento, era tida como pública. A reintegração de posse agora requerida se apoia em documentos apresentados recentemente, que até então, ainda não constavam em nenhum processo. Entretanto, parte das famílias ainda ocupa área reconhecidamente pública sobre a qual não incide, até o momento, nenhuma liminar de reintegração de posse.

Mapa 1 – Cartografia de identificação das Fazendas Cedro, Rio Pardo e Fortaleza.



Elaboração: Rodrigo Muniz, 2017.

A área do primeiro Acampamento Helenira Resende foi ocupada no dia 1º de março de 2009, por aproximadamente 380 famílias, que iniciaram, naquele momento, a construção de um espaço de reprodução social, econômica, cultural e principalmente da vida, de longa duração. Desde então, vivenciaram dois processos de despejos, que resultaram na ampliação da condição de carência e precariedade contra a qual esses sujeitos decidiram lutar por meio da ação coletiva, pois perderam casas, produção e a escola de crianças e jovens. Além disso, famílias que contam com idosos foram colocadas em situação de extrema vulnerabilidade e os vínculos identitários que buscavam construir coletivamente lhes foram arrancados, convulsionando ainda mais uma realidade já fortemente marcada pela desigualdade econômica e social.

No ano em que teve início a ocupação, foi construída a escola, de maneira informal, a partir de trabalho voluntário daqueles que tinham algum grau de escolaridade, em uma estratégia bastante recorrente na luta pela terra na região. Para os acampados, a escola na ocupação é imprescindível porque viabiliza o acesso de crianças e jovens à educação, um direito fundamental reconhecido constitucionalmente e em outros regramentos jurídicos posteriores, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além de possibilitar a consciência dos direitos sociais aviltados e o exercício da cidadania negada, a escola, no entender dos acampados, pode contribuir para romper com o ciclo da pobreza a que estão sujeitos, concorrendo ainda para o reconhecimento estatal da comunidade, a partir da regularização da instituição de ensino pelo poder público, nas esferas municipal e federal. No caso em tela, a Escola

Municipal de Ensino Fundamental Alto Alegre foi criada no ano de 2010 e devidamente regularizada pelo Ministério da Educação (MEC).

Em 2016, com o intuito de melhorar as condições de sobrevivência dos acampados, foi decidida a repartição do Complexo Cedro em lotes para o desenvolvimento de atividades produtivas, relativas à produção agrícola e à criação de animais como aves, porcos e, em alguns casos, gado, para suprir tanto a alimentação das unidades domésticas, quanto das crianças matriculadas na escola. Nesse período, o acampamento já comportava cerca de 700 famílias, que, em 2017, receberam um duro golpe ao serem parcialmente despejadas, pois aquelas que ocupavam a Fazenda Cedro tiveram que sair, tendo suas residências e plantações destruídas.

Na ocasião, seguranças armados a serviço da Empresa Agropecuária Santa Bárbara acompanharam o despejo, transitando ostensivamente entre as casas, não obstante a presença do efetivo policial mobilizado para a operação, em uma evidente estratégia de intimidação das famílias. Dezenas de caminhões, uma pá carregadeira, um trator e dezenas de funcionários contratados pela empresa, empenhada sobremaneira em apressar o término do despejo, também participaram da ação. Entretanto, no acordo estabelecido no momento da leitura da liminar de reintegração de posse, ficou claro que estava assegurado às famílias um prazo de três dias para a retirada de seus pertences, pacto flagrantemente desrespeitado em seguida, uma vez que algumas casas foram derrubadas sem qualquer consulta aos moradores. A residência de uma das professoras do acampamento foi destruída com documentos acadêmicos de discentes e materiais didáticos da escola em seu interior.

Àquela altura, após oito anos trabalhando no local, várias famílias construíram casas de alvenaria e possuíam plantações que, além de assegurar o consumo doméstico, abasteciam feiras e estabelecimentos comerciais nas cidades e vilas próximas. Em decorrência, havia na área considerável infraestrutura produtiva e de habitação, implantada pelas famílias. Em decorrência do despejo, o acampamento foi parcialmente desmontado e parte das famílias tiveram que se retirar do local, perambulando entre as cidades de Marabá e Eldorado dos Carajás em busca de locais onde pudessem guardar seus pertences, pois em sua grande maioria são constituídas por migrantes oriundos de outros estados brasileiros, de renda baixa, garantida pelo que conseguiam comercializar. Entretanto, na ocasião do despejo, a liminar determinava a reintegração de posse apenas da Fazenda Cedro, motivo pelo qual as famílias que ocupavam a Fazenda Rio Pardo, cerca de 140, não precisaram se retirar e acabaram por abrigar parte das famílias que foram despejadas.

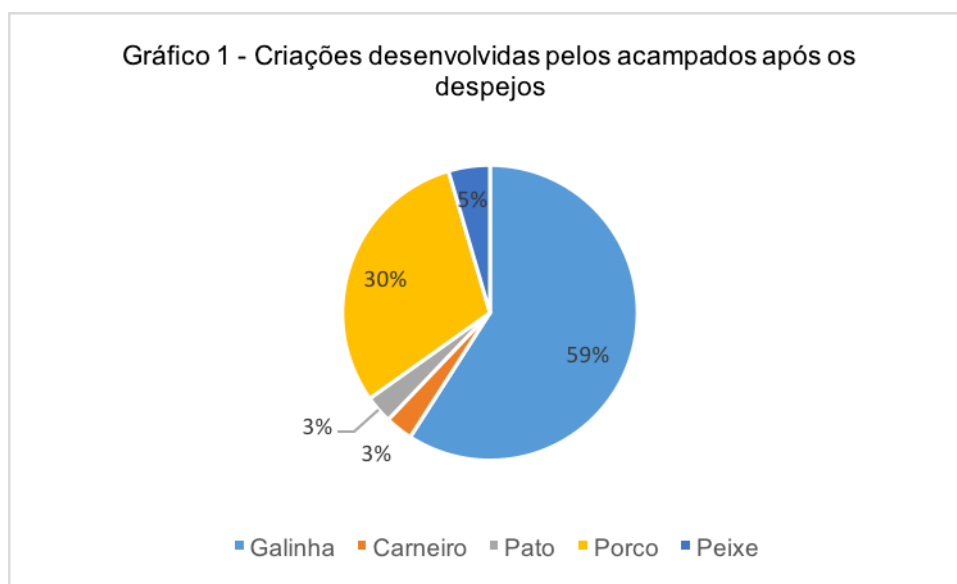
No dia 19 de março de 2018, os acampados resolveram novamente ocupar as fazendas Cedro e Fortaleza, tendo sido despejados mais uma vez no dia 4 de junho de 2018. Todavia, a justiça determinou a retirada apenas dos ocupantes da Fazenda Cedro, permanecendo 180 famílias na Fazenda Fortaleza. As famílias que se encontravam na área da Fazenda Cedro foram, outra vez, acolhidas pelos ocupantes da Fazenda Rio Pardo.

Mais recentemente, uma nova liminar de despejo está na eminência de expropriar as famílias que residem na Fazenda Fortaleza que seguem em sua luta por vida digna e pela possibilidade de reprodução social e econômica, embora correndo o risco de perder outra vez suas casas, plantações, criações, pertences pessoais e ver desmoronar seus sonhos.

A DIVERSIDADE DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO

A relação com a terra é resultado de uma herança familiar registrada na história de todos os acampados, de forma que a produção agrícola é parte imprescindível do modo de vida que estes têm construído coletivamente no acampamento. Mesmo desprovidos de assistência técnica e crédito e à revelia de apoio governamental, os acampados retomaram a produção nos lotes ocupados mais recentemente, não obstante a perda das lavouras, cultivos perenes e benfeitorias decorrentes dos dois seguidos despejos.

Apesar do histórico de violações de direitos que vivenciaram, como citado anteriormente, as famílias ainda apresentam uma dinâmica de vida pautada na produção de alimentos para seu próprio consumo e, em alguns casos, para a comercialização. Em mais de 90% dos lotes, segundo os questionários aplicados, há criação de galinhas, também havendo, em boa parte desses lotes a criação de porcos, gado de leite, patos e carneiro, os quais provêm alimento e se constituem em fontes de renda (ver gráfico 1).

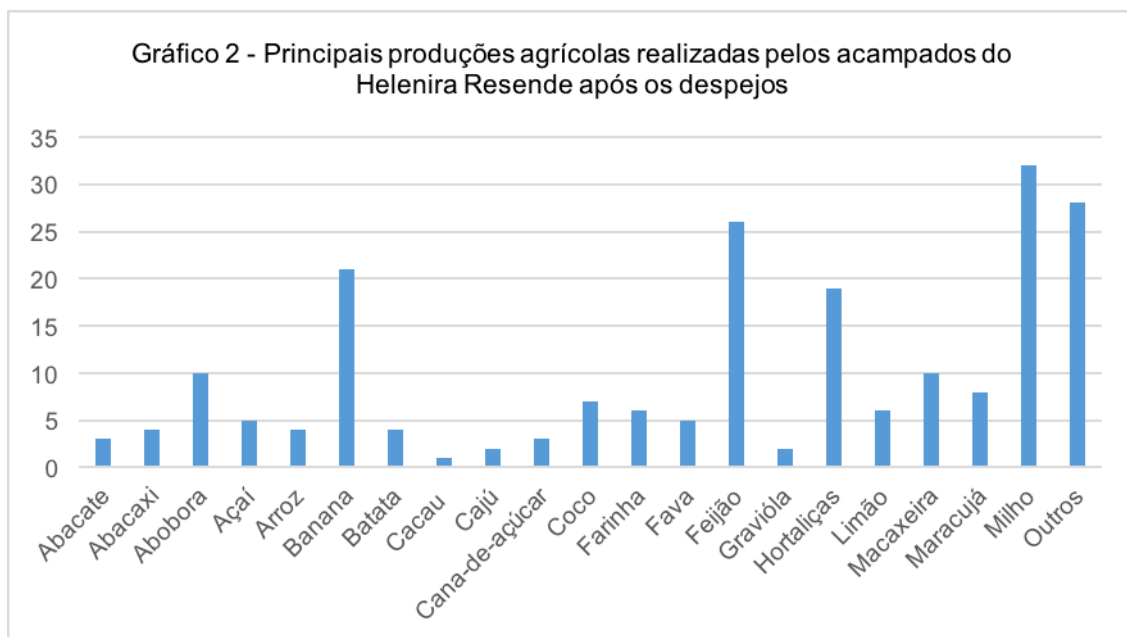


Fonte: Trabalho de campo, 2019.

No tocante à pecuária bovina, existem, segundo os dados colhidos, 2.041 cabeças de gado no acampamento, atendendo não apenas a uma demanda de alimentação cotidiana da comunidade, mas também expressando uma atividade comercial de venda de leite que é decisiva para muitas famílias. A presença de resfriadores de leite no acampamento dá a dimensão da importância da atividade para as famílias ocupantes.

Em termos de plantações, a diversidade de espécies cultivadas, assim como os respectivos volumes produzidos decorrem, em boa medida, dos efeitos do ainda recente cumprimento das seguidas liminares de reintegração de posse: só não há maior volume de produção devido aos despejos. Outra consequência da suspensão compulsória das atividades agrícolas que as famílias acampadas estão retomando é a prevalência de cultivos de ciclo curto, como roçados e canteiros de hortas, além do já mencionado predomínio da criação de pequenos animais, como galinhas, que, entretanto, já provêm

produção tanto para a comercialização em feiras de Marabá, quanto, principalmente, para o autoconsumo, estratégia das famílias que contribui significativamente para a economia doméstica, reduzindo os gastos com a compra de alimentos (ver gráfico 2).



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

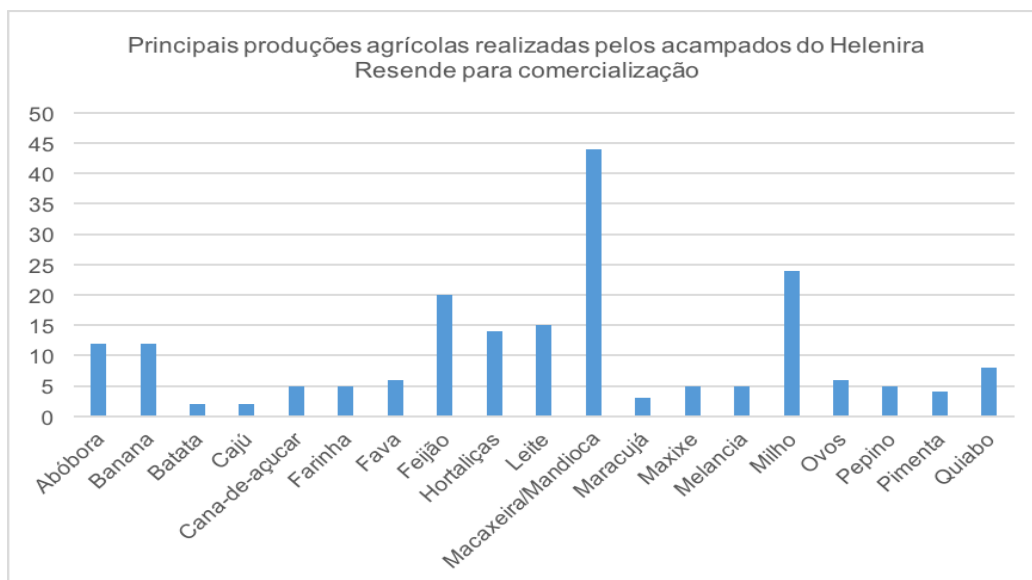
A resistência se consubstancia ainda no plantio de milhares de mudas de frutíferas como o cacaueteiro, que vem sendo empreendido em viveiros, acompanhado de um já expressivo plantio a campo, que chega à casa das centenas; ou ainda na implantação de bananais com milhares de covas, alguns com muitas touceiras já em produção. O maracujá também desponta com, pelo menos, um plantio já na casa da centena, embora outros acampados já estejam investindo no cultivo.

Desta forma, os cultivos perenes e semiperenes, abandonados contra a vontade dos acampados ou mesmo destruídos pelos funcionários da Agropecuária Santa Bárbara após os despejos, começam a ser novamente implantados no acampamento, com evidente investimento na produção de mudas. Neste quesito, a acerola, frutífera arbustivo-arbórea de desenvolvimento rápido e de frutificação precoce, é emblemática, já estando presente e produzindo em inúmeros lotes.

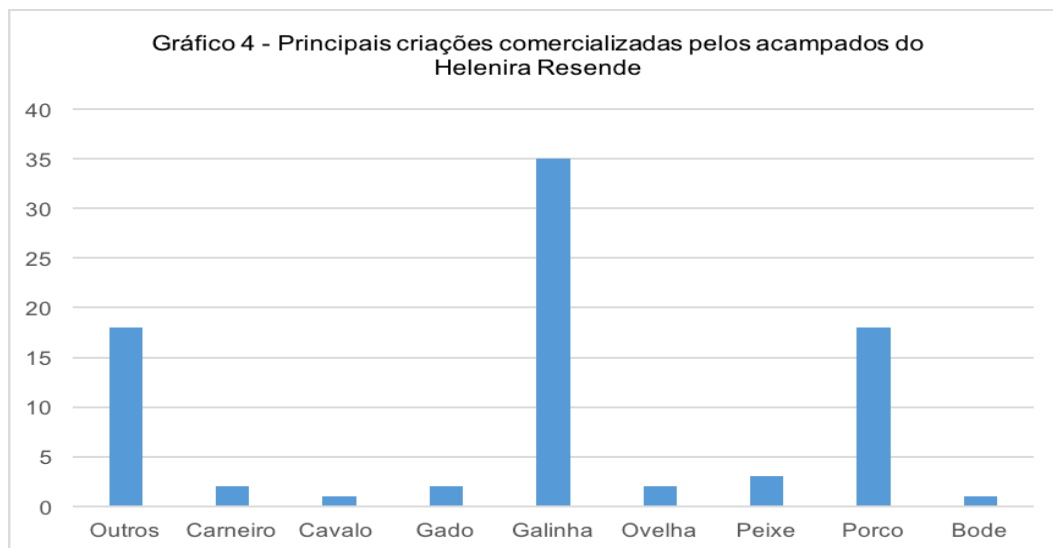
No tocante aos cultivos de ciclo curto, além de um expressivo plantio de mandioca para produção de farinha, uma das bases da alimentação dos acampados, há ainda cultivos de macaxeira, feijão, banana, cana-de-açúcar, abacaxi, pepino, maxixe, abóbora e melancia, entre outras espécies. Nos canteiros de hortas, atividade importante para boa parte dos acampados, destacam-se a alface, o coentro e a cebolinha.

Desta forma, fica evidente que a maioria dos acampados segue trabalhando, mesmo assombrados pela ameaça de um novo despejo, pois não possuem outra opção a não ser continuar plantando e zelando dos cultivos, enquanto tentam manter a esperança de que permanecerão na terra da qual tiram seu sustento.

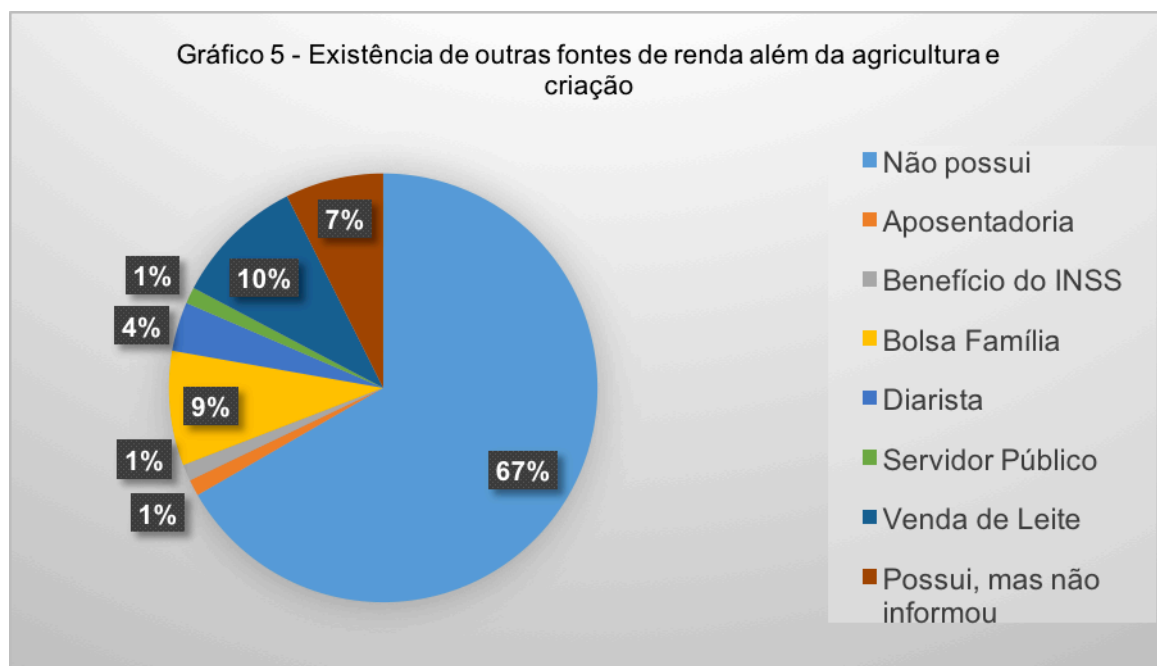
Outro aspecto crucial que vem à tona a partir da análise dos dados levantados diz respeito ao papel do trabalho agrícola como principal fonte de renda, apontado por todos os acampados consultados (ver gráficos 3 e 4). Há, em alguns poucos casos, o aporte monetário de programas sociais de complementação de renda, como o Bolsa Família, mas a grande maioria das famílias vive exclusivamente do trabalho com a terra, sendo o despejo delas, portanto, uma retirada brusca de seus meios básicos de sobrevivência (ver gráfico 5).



Fonte: Trabalho de campo, 2019.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

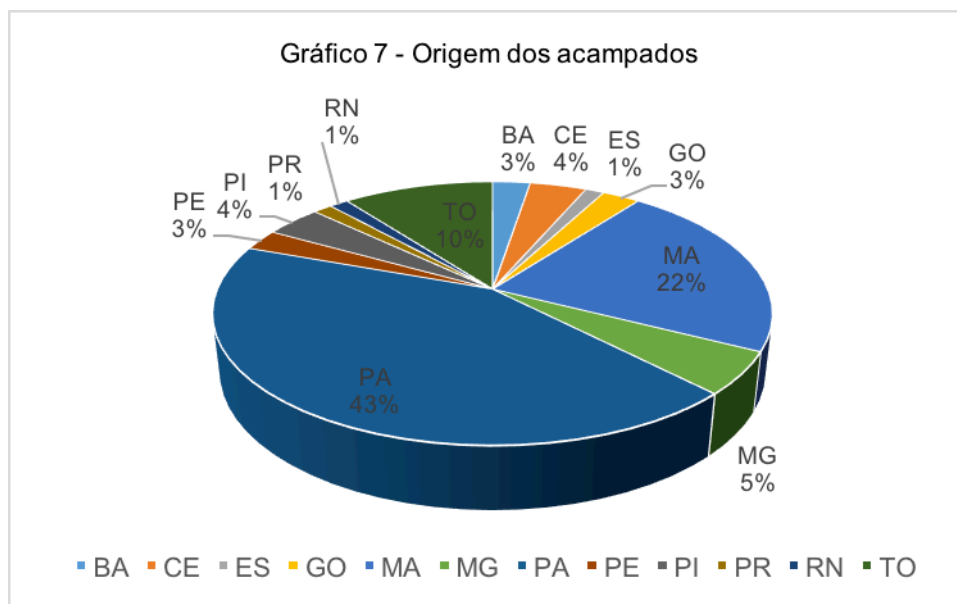
OS LAÇOS SOCIAIS E OS ESPAÇOS COMUNITÁRIOS DO ACAMPAMENTO HELENIRA RESENDE

Os dez anos de ocupação demonstram a consolidação do território em termos de construção de laços sociais e da relação das famílias acampadas com a terra, que consistiu em importante elemento constitutivo da resiliência camponesa diante da violência dos despejos. Considerando a chegada anual de novos ocupantes, percebemos que a grande maioria dos acampados chegou até o ano de 2013, o que demonstra que as relações estabelecidas entre as famílias possuem predominantemente entre 5 e 10 anos, como ilustra o gráfico 6.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Não apenas o tempo de relações entre as famílias consolida laços de sociabilidade, mas é importante ressaltar também a diversidade de trajetórias que se encontram e se transformam através do acampamento. São distintos lugares de origem dos acampados, o que denota uma extrema diversidade cultural como expressão maior desse espaço, como demonstra o gráfico 7.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

A predominância de paraenses entre os ocupantes aponta para processos de migração interna que podem resultar de expropriações anteriores, no transcurso da luta pela terra na região, como pudemos constatar em levantamentos anteriores junto a outros acampamentos também recentemente ameaçados de despejo (MOREIRA et al, 2007; SILVA JR. et al, 2018). Desde as equivocadas políticas ditatoriais da década de 70 para a Amazônia, que incluíam a entrega de amplas parcelas de terras a grupos empresariais, concomitante ao estímulo à migração de trabalhadores pobres de outras regiões do país, que os primeiros se alternam entre a exploração da mão de obra destes últimos e a sua repulsão implacável quando não mais atendem aos seus interesses, como demonstram os estudos de Velho (2009), Hébette; Marin (2004), Petit (2003) e Pereira (2015).

Entretanto, passadas décadas, o sudeste paraense segue como uma região de convergência de sujeitos expropriados. Essa diversidade de trajetórias se enreda no acampamento através, principalmente, da consolidação de distintos espaços de referência comunitária que consubstanciam a construção identitária de sujeitos que se opõem coletivamente à expropriação de que têm sido vítimas individualmente (MARTINS, 2012; HAESBAERT, 1997). O primeiro espaço a ser destacado é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Alto Alegre, que atende, além dos estudantes acampados, filhos e filhas de agricultores camponeses de localidades vizinhas. As reuniões de pais realizadas na escola contam com a participação expressiva dos acampados, constituindo-se ainda em espaço para discussão de problemas vivenciados

pela comunidade nos mais diversos âmbitos. Nesse sentido, a escola não é apenas o espaço de oferta da educação formal, mas palco privilegiado de distintas sociabilidades.

Em 2016, após a divisão da área em lotes de produção para cada uma das famílias e a escolha de um local para abrigar uma nova vila², o prédio da escola foi desmanchado e realocado, adquirindo uma área total de 100 metros quadrados, com infraestrutura mais adequada, incluindo instalação elétrica, piso de cimento grosso, poço semiartesiano, cozinha e banheiros, viabilizados com recursos arrecadados por meio de coletas entre os próprios acampados ou de eventos por eles organizados para levantar fundos.

Em 2017, após seguidas reivindicações, a comunidade conquistou, junto à Secretaria Municipal de Educação de Marabá (SEMED), a liberação das aulas da segunda etapa do ensino fundamental na escola, com oferta de turmas do 6º ao 9º ano. Entretanto, com apenas quatro meses de funcionamento dessas turmas, o poder judiciário expediu liminar de reintegração de posse que viria a ser cumprida em novembro do mesmo ano. Em decorrência, após a remoção das famílias, a escola já funcionou em quatro locais diferentes, tendo sido reconstruída pelo menos duas vezes, com implicações para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, que, com mais um despejo em vista, podem sofrer ainda outra interrupção do ano letivo.

Além da escola, há um espaço consolidado de realização de reuniões, um grande barracão que se tornou ao longo dos anos uma referência de encontros, articulação comunitária e, também, de realização de atividades culturais, como as festas de aniversário do acampamento, bem como de brincadeiras para as inúmeras crianças residentes na localidade.

As igrejas presentes no acampamento demonstram que o cotidiano dos acampados também é preenchido por sociabilidades comuns às atividades religiosas. Por outro lado, o campo de futebol também assume um papel fundamental no cotidiano dos sujeitos, pois as atividades lúdicas e esportivas foram destacadas como de extrema importância para a vida comunitária por um expressivo número de acampados.

Em todos os questionários aplicados, houve a indicação de pelo menos um, senão todos os espaços comunitários de referência: a escola, as igrejas, o barracão e o campo de futebol. As atividades citadas incluem as missas e cultos, mas também as reuniões comunitárias, as festas de aniversário do acampamento, os esportes, as brincadeiras das crianças e as reuniões de pais e mestres na escola.

A emergência e persistência de distintas formas de sociabilidade e atividades produtivas, mesmo diante dos dois despejos sucessivos pelos quais passou o Acampamento Helenira Resende, demonstram a importância e o significado que assumem não só a terra como meio de produção fundamental, mas o território do acampamento como espaço de relações comunitárias consolidado, que segue resistindo e se constituindo enquanto palco de um meio de vida que se afirma pela ação coletiva.

² Até 2016, as famílias concentravam todas as residências, hortas e pequenos roçados em uma vila, sem que dispusessem de áreas maiores para trabalhar a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Efetivar a reintegração de posse da Fazenda Fortaleza, em detrimento dos interesses de um contingente expressivo de famílias estabelecidas na área do Acampamento Helenira Resende, há cerca de dez anos, implica no agravamento de problemas sociais das mais diversas ordens nos municípios de Eldorado dos Carajás e Marabá e no sudeste paraense como um todo. As consequências decorrentes de tal decisão não provocam apenas um incremento demográfico da população desassistida na região, uma vez que a remoção compulsória também dissocia os laços de sociabilidade que asseguram a ajuda mútua e a solidariedade e, portanto, atentam contra a vida de crianças, mulheres e homens, jovens e idosos.

As inúmeras violências vivenciadas pelas famílias camponesas as levaram a um lugar comum, o acampamento. Este espaço, outrora fazendas com pasto degradado, tornou-se, com o trabalho coletivo, lugar de pertencimento, de construção de uma identidade, de produção e reprodução da vida. Os laços de sociabilidade e o anseio comum por um lugar para plantar, colher e viver, concretizados ao longo de dez anos, ressignificam a ocupação, transformam-na em um território de (re)existência concreta das famílias, uma possibilidade de futuro efetivada no presente.

Os dados apresentados, longe de esgotar a complexidade das relações socioeconômicas estabelecidas pelos acampados, dão conta de parte da diversidade da produção, das relações horizontais construídas e dos laços criados com o território em iminência de despejo. Além disso, não se pode esquecer que o despejo provavelmente incorrerá na interrupção do ano letivo dos estudantes do acampamento e de localidades vizinhas.

Diante desses termos, existem fatos e argumentos suficientes para a renúncia ao processo de reintegração de posse, uma vez que a continuidade do processo poderá implicar no acirramento do quadro de violência no campo na região. Por outro lado, os mesmos argumentos apontam para a necessidade de assentar as famílias acampadas garantindo, assim, os direitos fundamentais de acesso à terra, moradia e educação assegurados pela Constituição Federal e por diversos tratados internacionais, dos quais o Brasil é país signatário.

REFERÊNCIAS

INCRA. **Painel dos Assentamentos**. 2019. Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 14 ago. 2019

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. A. Grandes projetos e transformações na fronteira. In: _____. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol II, Belém, EDUFPA, 2004.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Contexto, 2012.

MIRANDA, Rogério Rego. A geografia dos acampamentos dos movimentos sociais e sindicais no sudeste paraense. In: IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2019, Recife-PE. **Anais** [...]. Recife: UFPE, 2019, s/p. Disponível em: <https://www.singa19.com.br>. Acesso em: 05 dez. 2019.

MICHELOTTI, Fernando et al. O Agrário em Questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. In: Hentz, Andréa ; Maneschy, Rosana Quaresma. (Org.). **Práticas Agroecológicas** -

Soluções sustentáveis para a agricultura familiar na região Sudeste do Pará. 1ed.Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2011, v. 1, p. 49-66.

MOREIRA, E. S. S.; SILVA JUNIOR, A. L.; MUNIZ, R. A.; SILVA, J. S. E.; MIRANDA, R. R.; ALVES, A. M. N.; GIRALDO-HERRERA, P.; SALAS, G. A. P. **Diagnóstico das condições produtivas, sociais e de infraestrutura do Acampamento Dalcídio Jurandir (antiga fazenda Maria Bonita), município de Eldorado dos Carajás - PA.** Marabá: Unifesspa, 2017. 52 p. (mimeo).

PEREIRA, A. dos R. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela posse da terra no sul e sudeste do Pará.** Recife: Editora UFPE, 2015.

PETIT, P. **Chão de promessas:** elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

SILVA JUNIOR, A. L.; MOREIRA, E. S.; MICHELOTTI, F.; MUNIZ, R. A.; MIRANDA, R. R.; SILVA, A. E. B.; SOLORZANO, J. **Ocupação da Fazenda Landy: Condições sociais e produtivas de uma comunidade rural que luta para permanecer no local.** Marabá: Unifesspa, 2018. 32 p. (mimeo).

VELHO, O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.